

RESENHA

MOURA, Margarida Maria. **CAMPONESES**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

Aline Camilo Barbosa

Graduanda em Geografia - Universidade Federal do Piauí – UFPI
alinecamilo_barbosa@hotmail.com

O livro “Camponeses” da autora Margarida Maria Moura traz uma reflexão sobre as diferentes definições de camponês, as suas formas de organização a cultura e pensamentos sobre suas condições. Analisa as lutas dos camponeses nos diferentes países, mostrando sua resistência como classe social.

Margarida Maria Moura tem Graduação em Ciências Sociais na UFRJ no Rio de Janeiro (1966 – 1969); Mestrado em Antropologia Social pela mesma Universidade a UFRJ, (1970 – 1973); e Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP em São Paulo (1980 – 1984). Suas principais obras publicadas são: *Os herdeiros da terra*. (1978); *Camponeses*. (1988); *Os desertados da terra*. (1988); "Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate". In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. Em colaboração com José César Gnaccarini (1990); "A Diversidade dos Modos de Vida no Meio Rural Brasileiro". In: *A perícia antropológica em processos judiciais*. (1994); *Ser Tão Sertão: (1997) Nascimento da Antropologia Cultural: A obra de Franz Boas* (2004).

A obra é dividida em nove capítulos, onde sete juntamente com Introdução perpassam uma reflexão sobre o camponês. O primeiro capítulo intitulado “Um ofício subalterno” busca mostrar que o camponês é um trabalhador que estar diretamente envolvido com a natureza, conhecedor de seus segredos independentes dos conhecimentos científicos. Sobrevive da agricultura e devido ser esse o meio de sua subsistência, ao longo da história foi considerado como um povo oprimido, dominado pela sociedade da época.

Em suas varias faces é proposto várias descrições de camponês: como um cultivador de pequenas áreas juntamente com sua família, também denominado por outros autores como *camponês parcelar*. Quando este produz somente para o sustento,

em terras no qual não tem a posse é chamado de *posseiros*. Em ciências sociais é apresentado como *cultivador que trabalha a terra*, identificando que o camponês não é um proprietário fundiário capitalista.

Os conceitos de camponês e campesinato são bastante complexos, e envolvem um contexto histórico característico. A autora destaca que o campesinato é constituído de cultivadores, que vivem no meio rural. Os camponeses são esses cultivadores das terras. Existe uma necessidade em se identificar o camponês na obra, mostrando suas diferenças com a classe de trabalhadores assalariados. Com isso podemos afirmar que autora acredita em três classes sociais: a burguesia, o proletariado e os camponeses. Em seus outros nomes temos as variações lingüísticas da palavra “camponês”, percebendo-se que os termos que definem esta classe estão associados à desvalorização e à palavras grosseiras. Diferentemente dos próprios camponeses, que não se definem de forma humilhante, mesmo conscientes de sua condição social.

Uma categoria em extinção? Não, uma categoria em recriação, adaptação as novas condições sociais gerada pelo sistema capitalista. A autora acredita que o camponês na sociedade de hoje, desempenha um papel contraditório, de um lado resiste em desaparecer, e de outro é resultado do próprio capitalismo.

O segundo capítulo é denominado de “Crentes, parentes e herdeiros”. Que inicia com os Crentes políticos, o “crer” na cultura camponesa esta diretamente ligado a religião, para eles não existe a necessidade de intervenção de padres ou pastor, as pessoas que possuem um maior conhecimento religioso, é o suficiente para acalmá-los na hora da dor ou doença.

Segundo a autora a relação entre camponês e religião é baseada na dívida, o camponês tem um respeito e compromisso com as promessas realizadas e os dias santos, pois tem medo de ser castigado pelas divindades. Os festejos dos santos padroeiros são muito importantes para os camponeses, são consideradas datas especiais, que alteram o cotidiano dos envolvidos. A prática de “rezar” para afastar o mal das pessoas também é bem característico dessa classe social.

O peso religioso pode ser apresentado mais profundamente quando falamos do messianismo camponês, o messianismo eram movimentos sociais no qual milhares de sertanejos, de áreas rurais pobres, fundavam comunidades comandadas por um líder político-religioso. Eram contra o governo, e julgavam eles os culpados pelas injustiças e

desigualdades sociais. No Brasil os movimentos de caráter messiânicos históricos foram os de Canudos e do Contestado, caracterizados pela religiosidade e pelo sentimento de revolta dos sertanejos. Outros movimentos que tinham a combinação religiosa e política aconteceram em outros países como exemplo na Alemanha no qual o principal líder era Martinho Lutero.

Em os parentes e afins temos uma interessante observação sobre o camponês, no qual a prática econômica não se separa da família. Para o camponês o casamento é uma necessidade de ter alguém para viver junto, cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Mesmo com uma nova visão de sociedade moderna, o homem do campo mostra que o casamento é uma necessidade humana. À distância não é obstáculos para que verdadeiramente respeite a unidade familiar.

Com a família temos os herdeiros da terra, a herança da terra para o camponês é uma questão um tanto complexa, isso ocorre devido essa prática fragmentar a área familiar. Para efetuar um inventário de terra tem existe um contexto de decisões que não são favoráveis a todos os herdeiros. Assim existem regras próprias da família camponesa, para que todos respeitem as decisões efetuadas, garantindo a continuação da agricultura familiar. A herança em terras cedida por proprietários capitalista tem suas particularidades, cada dono de terra vai decidir, de acordo com as possibilidades que podem ser geradas, podendo permitir a continuação da estrutura familiar, como também a expulsão, obrigando-os a procurar de novas áreas.

A força da lei compreende o terceiro capítulo da obra, que mostra que o camponês não segue as leis gerais da sociedade, o campesinato por apresentar um modo de vida diferenciado trata os negócios de terra com autonomia, observando o que seja melhor para as pessoas mais próximas. O sistema de unidade familiar visa à família como um todo, pois a propriedade faz parte deste conjunto.

A posse da terra para o camponês chamado de “legalismo camponês” é a única garantia que este possui diante as terras, não necessariamente com a ideia de propriedade privada, mas sim de um lugar que possa se produzir para o sustento da família.

O quarto capítulo do livro apresenta o camponês como uma classe que teve destaque nas revoluções sociais. Na Inglaterra observamos as lutas e transformações com o fim do sistema feudal, no qual prevaleceu uma sociedade extremamente desigual.

Esse acontecimento agravava as relações sociais da época. Os burgueses que também lutavam contra essa configuração histórica tiveram como grande aliados os camponeses desencadeando a Revolução Inglesa de 1640. A consequência dessa revolução foi o rompimento definitivo do sistema feudal, abrindo espaço para o avanço do capitalismo, que transformou a estrutura agrária e modificaram as relações no campo, os camponeses foram expulsos de suas terras sendo extintos e os que permaneciam tornaram-se outra classe: trabalhadores assalariados.

Na França a abolição do feudalismo com a revolução burguesa, favoreceu os camponeses no qual poderiam assim controlar sua produção. A Revolução Francesa teve como destaque a *revolução camponesa* que tinham como reivindicações o fim dos privilégios da classe dominante. Com o fim da revolução outra questão que surgiu foi os impostos cobrados pela nova configuração capitalista, mas de forma geral a classe não sofreu com a extinção como na Inglaterra.

Na Rússia os camponeses foram figuras bem conhecidas em suas revoluções, no qual participara de sete das mais importantes do século XX. A explicação para tão presença maciça dessa classe social é apresentada em duas situações. Inicialmente os camponeses lutavam contra o próprio sistema socialista do país. O socialismo defende os direitos econômicos iguais para todas as famílias, no campo isso representava a coletivização da terra com controle do Estado, fragmentado a áreas dos camponeses. A segunda situação foi industrialização do país, para a implantação de indústria, era necessária mão de obra assalariada, com isso o governo tratou da coletivização de terras de forma rígida desapropriando pessoas para servir como mão de obra nas fábricas.

No Brasil as lutas camponesas são desconhecidas pela própria população, as revoltas são colocadas em segundo plano no histórico do país. Mesmo “ocultas”, as famílias camponeses continuam ocupando terra por todo o país, afirmando o direito a terra. O histórico brasileiro apresenta vários trechos importantes da conquista de terra, os apoios políticos caracterizados com concepções de esquerda, e principalmente a consciência camponesas como uma classe esquecida da sociedade brasileira.

No capítulo sete, “A morada e a terra”, apresenta o modo de vida do camponês, que no trabalho existe uma divisão familiar, tendo configurações diferentes em cada cultura, mas tendo homens, mulheres e crianças como responsáveis pelo sustento da

família. O camponês não almeja o crescimento econômico em grande escala, a renda que é obtida tem como principal propósito garantir a sobrevivência de núcleo familiar.

A produção de excedente do camponês ocorre, para trocá-la com produtos que não ele produz, ou a venda para compra de remédios, tecidos ou panela. Essa forma comercial é identificada pelo cálculo camponês de Marx *de produção mercantil simples* (M-DM), onde não existe a preocupação de acúmulo de riqueza, diferente da *produção mercantil capitalista* (D-M-D), que objetiva o lucro o acúmulo de mais capital. Outro defensor de que a economia do camponês é diferente da capitalista é Chayanov sua explicação identifica que existem categorias que não fazem parte do sistema camponês como “lucro” e “salário”, caracterizando-se assim como *economia familiar*.

No último capítulo, temos uma análise da contraditória relação camponesa com o atual sistema capitalista, onde o capital cria relações de exclusividade com produção familiar, fazendo com que o campesinato continue existindo no campo. Em cada país esta relação vai ser diferenciada respeitando a cultura de cada população.

Esta obra nos oferece uma visão de quem é verdadeiramente o “camponês”, que o capitalismo resiste em classificá-lo como vítima, subordinado as situações de dominação econômica, política e cultural desse sistema econômico. A verdade é que o campesinato difere das outras culturas. Os camponeses têm relação com natureza de responsabilidade, as bases de seus recursos básicos são de forma autônoma, seu projeto de sobrevivência é baseado na unidade familiar, existe cooperação e solidariedade com as outras pessoas e familiares. Os camponeses são atores sociais, que constroem os processos de mudança social, caracterizados principalmente pela resistência e autonomia para construção de sua própria história. Uma importante observação é que esta obra nos alerta para pouca bibliografia dessa importante classe social.

Recebido em 21/02/2013 Aceito para publicação em 06/07/2013.
